

RELIGIÃO E DEMOCRACIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE

RELIGION AND DEMOCRACY: A REFLECTION FROM ALEXIS DE TOCQUEVILLE

*Eduardo Emanuel Ferreira Leal*¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo precípua fazer um estudo a partir do pensamento de Alexis de Tocqueville (1805-1859) acerca da democracia moderna, bem como compreender o papel social que o autor dá a religião dentro do regime democrático. Com olhar penetrante e muitas vezes profético, Tocqueville analisa o ethos do regime democrático, calcado nas ideias complementares de igualdade social e liberdade política. Como consequência de tal análise, Tocqueville percebe os vícios inerentes ao Estado democrático, como o individualismo, o materialismo e a apatia político-social. A partir de tais constatações, em primeiro momento, discutirei baseado no pensamento tocquevilliano as causas e quais são os vícios inerentes ao Estado democrático e, posteriormente, discutirei em que medida a religião pode ser uma grande aliada, dentro de um contexto que privilegia a igualdade, no que tange a defesa da própria democracia, a fim de abrandar seus problemas inerentes, tornando-a um regime moderado pela consagração da liberdade.

Palavras-chave: Filosofia Moderna. Tocqueville. Democracia. Religião. Liberdade.

Résumé: Le présent ouvrage a pour objectif de réaliser une étude basée sur la pensée d'Alexis de Tocqueville (1805-1859) sur la démocratie moderne, ainsi que sur la compréhension du rôle social que l'auteur attribue à la religion dans le régime démocratique. Avec un regard pénétrant et souvent prophétique, Tocqueville analyse l'éthique de la démocratie moderne, en s'appuyant sur les idées complémentaires d'égalité sociale et de liberté politique. À partir de cette analyse Tocqueville perçoit les vices inhérents à l'État démocratique, tels que l'individualisme, le matérialisme et l'apathie politico-sociale. Sur la base de ces résultats, je discuterai d'abord de la pensée tocquevillienne des causes et des vices inhérents à l'état démocratique, puis de la mesure dans laquelle la religion peut être un grand allié dans un contexte favorable l'égalité, en ce qui concerne la défense de la démocratie elle-même, afin d'atténuer ses problèmes inhérents, faisant le régime modéré par la consécration de la liberté.

Mots-clés: Philosophie moderne. Tocqueville. La démocratie. La religion. La liberté.

Introdução

Alexis-Charles-Henri Clérel de Tocqueville pertencia a uma família da antiga nobreza normanda. Seu bisavô materno e uma tia-avó foram guilhotinados durante a Revolução de 1789. Seu pai, Hervé de Tocqueville, e sua esposa Louise ficaram presos nessa época. Cumpre dizer que Tocqueville foi o primeiro, na história moderna, a

¹ Doutorando em Filosofia (Ética e Filosofia Política) UFG. eduleal@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6075-4192>

estudar de forma detida o fenômeno da democracia, sendo considerado por isso, nas palavras de Hugh Brogan: “o profeta da democracia” (2012). Em 1831, juntamente com o seu grande amigo, Gustave de Beaumont, ambos estagiários do Tribunal de Versalhes, usando-se da desculpa de irem aos Estados Unidos para estudar o sistema penitenciário norte-americano, Tocqueville e Beaumont, entusiasmados pelo aparente sucesso da democracia na república americana, mais moderada que a radicalização que ele vira na França e mais consolidada que o modelo inglês, resolveram conhecer de perto o país onde os ideais democráticos aparentavam ter mais possibilidades de êxito, com a intenção de conhecerem o fenômeno da “revolução democrática” e suas consequências.

Para Tocqueville, a democracia é um fenômeno irrevogável e mesmo algo que resulta da própria Providência, de tal forma que, em sua perspectiva; “querer deter a democracia seria então como que lutar contra o próprio Deus” (2014b, p.14). Porém, apesar de reconhecer a inexorabilidade histórica do sistema democrático, Tocqueville assevera que tal sistema não se apresenta do mesmo modo em todos os lugares, cabendo às pessoas, de acordo com as condições históricas que engendram a “revolução democrática”, fazerem da democracia um regime de liberdade ou uma tirania velada. A visão tocquevilliana do fenômeno democrático é pluralista e esse é um elemento central do seu pensamento: as sociedades democráticas podem assumir várias formas, tanto podendo ser republicanas como monárquicas, liberais ou despóticas². Tocqueville percebe que o gosto pela igualdade de condições, diferente do Antigo Regime (aristocrático), é condição *sinequa non* para o início de uma compreensão real do que vem a ser a democracia moderna, como em suas próprias palavras: “a igualdade constitui o caráter distintivo da época em que vivem; mas apenas isso basta para explicar que a preferem a todo o resto” (2014b, p.115).

Pretendo, então, a partir dessa compreensão da igualdade como *fait générateur* de todo *ethos* democrático, iniciar pela problematização dos vícios apontados por Tocqueville como inerentes a nova condição social e, por conseguinte, compreender a proposta de uma “nova ciência política”, aludida por Tocqueville como uma necessidade para a boa compreensão do regime democrático moderno e, por fim, discutir a função social e política da religião na modernidade como um meio para refrear as más tendências para as quais a democracia pode se encaminhar quando deixada a sua própria sorte.

² Cf. ZETTERBAUM in STRAUSS; CROSEY, 2016, p. 681

1. A Democracia e seus vícios

À medida que eu estudava a sociedade americana, via cada vez mais, na igualdade de condições, o fato gerador de que cada fato particular parecia decorrer e deparava incessantemente com ele como um ponto central a que todas as minhas observações confluíam. (TOCQUEVILLE, 2014a, p.7)

Ao observar o amor à igualdade como fundamento da democracia, Tocqueville afirma que a democracia só atingirá seu sentido pleno ao conseguir balizar o amor irrefreável pela igualdade com a necessidade de manutenção da liberdade, o que significa que na visão do pensador francês: “assim, não há justiça sem que haja um perfeito equilíbrio entre a liberdade e a igualdade, um ponto extremo no qual uma torna-se indiscernível da outra” (REIS, 2009, p. 101). Sem liberdade, a democracia pode tornar-se uma nova espécie de tirania que, para Tocqueville, pode ser, inclusive, compatível com as instituições democráticas³. E é para esse fato que Tocqueville intenta nos alertar, uma vez que ele percebe esse balizamento entre igualdade e liberdade como um fruto da ação consciente e livre das pessoas, ao ver que a democracia é, sobretudo, o espaço do debate, do contraditório, do respeito à diversidade, nunca podendo ser abandonada à sua própria sorte⁴. O lugar que Tocqueville dá a liberdade é tão grande que, mesmo com suas belas palavras, não consegue exprimir de modo objetivo a fruição desse nobre e necessário prazer: “Não peçais para analisar esse gosto sublime; é preciso experimentá-lo. Ele entra por si mesmo nos grandes corações que Deus preparou para recebê-lo; invade-os, incendeia-os. É inútil tentar explicá-lo às almas medíocres que nunca o sentiram” (TOCQUEVILLE, 2016, p. 186). Mas para compreendermos um pouco melhor – antes de voltarmos às questões sobre a igualdade e suas consequências – ainda sobre a liberdade, Tocqueville nos diz que “é o prazer de poder falar, agir, respirar sem peias, sob o governo unicamente de Deus e das leis. Quem procura na liberdade outra coisa que não ela mesma é feito para servir” (TOCQUEVILLE, 2016, p. 186).

³ Cf. REIS, 2009, p.101

⁴ “Ao apresentar esta luta desequilibrada entre uma natureza perversa e uma arte política regeneradora, Tocqueville tentará convencer seus leitores da necessidade imperiosa da participação cidadã na esfera pública como exigência das disposições bárbaras da democracia e condição para toda a liberdade” (JASMIN, 2005, p.78).

Percebemos, então, que há uma forte preocupação – garantia da manutenção das liberdades sociais e políticas – no pensamento de Tocqueville, dentro do regime democrático, que tende a privilegiar a igualdade em detrimento à liberdade. Resta claro que ao falar de igualdade nos referimos à igualdade de condições, uma vez que a igualdade absoluta é uma quimera, como assevera nosso autor ao se referir às diferenças intelectuais: “A desigualdade intelectual vem diretamente de Deus, e o homem não poderia impedir que ela sempre exista” (TOCQUEVILLE, 2014a, p.62). Para Tocqueville, a igualdade de condições tanto pode gerar a liberdade como esse novo tipo de tirania. Ora, mas como a igualdade pode servir a dois senhores absolutamente antagônicos? “Os povos podem pois tirar duas grandes consequências políticas do mesmo estado social. Essas consequências diferem perigosamente entre si, mas provêm todas do mesmo fato” (TOCQUEVILLE, 2014a, p.64).

Ao buscar compreender a natureza do homem democrático e o seu relacionamento com a igualdade, Tocqueville nos apresenta que uma das principais características da sociedade democrática é o individualismo, sendo “O individualismo é de origem democrática, e ameaça desenvolver-se à medida que as condições se igualam” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 119). Cada pessoa tende a voltar-se cada vez mais para si e no máximo para os seus próximos, o que até certa medida Tocqueville encara como algo benéfico, que abranda os desejos vultosos, aumentando a satisfação com os pequenos prazeres, aquecendo as relações naturais para com familiares e amigos. Porém, após certa medida, quando o individualismo toma proporções exageradas, pode se tornar um grande problema político que deve ser combatido. Gostaria de clarificar a diferença feita por Tocqueville entre o individualismo, que para ele é um fenômeno característico da democracia moderna, do egoísmo, que em sua visão é tão antigo como a própria humanidade⁵; como explicitado:

O individualismo é uma expressão recente que uma nova ideia fez surgir. Nossos pais só conhecem o egoísmo. O egoísmo é um amor apaixonado e exagerado, que leva o homem a referir tudo a si mesmo e a se preferir a tudo o mais. O individualismo é um sentimento refletido e tranquilo, que dispõe cada cidadão a se isolar da massa de seus semelhantes e a se retirar isoladamente com sua família e seus amigos; de tal modo que, depois de ter criado assim uma pequena sociedade para seu uso, abandona de bom grado a grande sociedade a si mesma. O egoísmo nasce de um instinto cego; o individualismo

⁵ “O egoísmo é um vício tão antigo quanto o mundo. Não pertence mais a uma forma de sociedade do que a outra. O individualismo é de origem democrática, e ameaça desenvolver-se à medida que as condições se igualam” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 119).

procede muito mais de um juízo errôneo do que de um sentimento depravado. Nasce tanto dos defeitos do espírito quanto dos vícios do coração. (2014b, p.119)

Um desdobramento a partir da radicalização do individualismo moderno é um fenômeno perfeitamente identificável na sociedade hodierna, qual seja; o atomismo social. Tal como átomos espalhados, as pessoas estão cada vez mais desligadas umas das outras, da comunidade como um todo – fechadas em seus “mundos particulares” – o que enfraquece consideravelmente as virtudes públicas, bem como a própria vida em sociedade. De tal modo, como demonstra Tocqueville, esse sentimento “refletido e tranquilo”, típico das sociedades democráticas modernas, é um mau juízo do homem moderno que acredita ser mais ou menos auto-suficiente – perde-se o sentimento de comunidade – podendo inclusive, com o passar do tempo, tornar-se egoísta. “Assim, não apenas a democracia faz cada homem esquecer de seus ancestrais, mas lhe oculta seus descendentes e o separa de seus contemporâneos; ela o volta sem cessar para si mesmo e ameaça encerrá-lo, enfim, por inteiro, na solidão de seu próprio coração” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 121).

O problema nascente a partir deste individualismo exagerado, na visão tocquevilleana, é o fato de que as pessoas, ao deixarem a “coisa pública” em segundo ou terceiro plano, preocupando-se cada vez mais com o seu próprio bem-estar material, deixam um vácuo social crescente. Ora, esse vácuo será preenchido pelo poder Estatal que, por sua vez, agindo dentro da mais estrita ordem social, respeitando as instituições, ocupará gradativamente mais espaço na vida das pessoas, tutelando-as e retirando sua autonomia; tornando-se despótico.

O despotismo, que, por natureza, é temeroso, vê no isolamento dos homens a mais segura garantia de sua duração e, comumente, faz tudo para isolá-los. Não há vício no coração humano que lhe agrade tanto quanto o egoísmo: um déspota perdoa facilmente aos governados não amá-lo, contanto que não se amem entre si. Não lhes pede para ajudá-lo a conduzir o Estado; basta que não pretendam dirigi-lo. Chama de espíritos turbulentos e inquietos os que pretendem juntar esforços para criar a prosperidade comum e, alterando o sentido natural das palavras, chama de bons cidadãos os que se encerram estreitamente em si mesmos. Assim, os vícios que o despotismo faz nascer são precisamente os que a igualdade favorece. Essas duas coisas se completam e se ajudam uma à outra de maneira funesta. A igualdade coloca os homens um ao lado do outro, sem vínculo comum a retê-los. O despotismo ergue barreiras entre eles e os separa. A primeira os dispõe a não pensar em seus semelhantes; o segundo faz da

indiferença, para ele, uma espécie de virtude pública. (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 125)

Nesse clima de profunda alienação as pessoas – em nome da tranquilidade de não se preocuparem com o bem público, voltadas apenas para os ganhos pessoais e acúmulo dos bens materiais – caem em um materialismo irrefreável e indiferentismo social que pode as levar à total mediocridade e apatia política. “O poder tutelar não é violento nem arbitrário, nem ilegal nem ilegítimo. Ao contrário, age pelo consentimento dos súditos e, em sua forma mais avançada, pelo consentimento publicamente expresso nas urnas” (JASMIN, 2005, p.72). Sobre essa questão, afirma Zetterbaum:

Tocqueville previu que um governo assim não seria incompatível com a soberania popular ou, pelo menos, com as formas de soberania popular. O povo como um todo poderia muito bem consolar-se com o entendimento de que ele mesmo escolheu seus próprios senhores. A democracia dá origem a uma nova forma de despotismo, a sociedade que tiraniza a si mesma. (ZETTERBAUM in STRAUSS; CROSEY, 2016, p. 689)

É justamente a essa problemática entre balizar as demandas da igualdade e a necessidade de manutenção perene da liberdade que Tocqueville reconhecerá como o problema da democracia; pois ao observar alguns modelos de sociedades democráticas, ele percebe que há essa forte tendência de, em nome de uma igualdade cada vez maior, abrir-se mão das liberdades políticas, fazendo nascer esse novo modelo de despotismo. À baila da leitura Tocquevilliana, percebemos que o individualismo é uma espécie de mau juízo advindo de uma sociedade que se aliena ao fragmentar-se em pequenos grupos indiferentes entre si; bem como certa pequenez do espírito que cada vez mais dá lugar a uma busca irascível pelos pequenos prazeres materiais. Vale ressaltar que Tocqueville atenta para a questão que, embora a democracia moderna tenha essa tendência natural a afastar as pessoas, isso se agrava quando essa mesma democracia é instaurada a partir de uma revolução, como foi o caso de seu país natal. “A democracia leva os homens a não se aproximar de seus semelhantes; mas as revoluções democráticas dispõem-nos a fugir uns dos outros e perpetuam no seio da igualdade os ódios que a desigualdade fez nascer” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 124).

Até aqui foi analisado os males advindos do individualismo para o qual tendem as democracias modernas. Ao darmos continuidade a análise Tocquevilliana, percebemos que “é da própria essência dos governos democráticos o fato de o império da maioria ser absoluto; porque, fora da maioria, não há nada que resista nas

democracias” (2014a, p. 288) e a partir dessa constatação inicial outra problemática nos é apresentada; o que chamaremos de “tirania da maioria”. Ora, juntamente com o advento da democracia e um pedido cada vez maior por igualdade, os homens das eras democráticas tendem a pensar menos, a deterem-se menos aos detalhes, apegando-se às ideias gerais a fim de pouparem tempo e esforço; “os homens dos séculos democráticos apreciam as ideias gerais, porque elas os dispensam de estudar os casos particulares” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 19) e isso pode gerar uma padronização mecânica do pensamento, que impede ou dificulta bastante a participação social e política de minorias que tergiversem dessas grandes ideias gerais abraçadas pelo *status quo*. Como afirma Marta Costa: “é preciso criar garantias contra a possibilidade dessa maioria se tornar tirania, ou seja, que deixe de ser apenas espaço de identificação discursiva ou ideológica entre os homens, e passe a ser espaço de imposição de uma mesma opinião sobre todos que dela diferem” (COSTA, 2015, p. 122).

Tocqueville encara essa tendência viciosa da democracia como um perigo ao seu bom funcionamento, uma vez que as pessoas identificadas individualmente são cada vez mais fracas perante o poder quase irresistível das massas que, tanto mais guiadas pela satisfação dos seus prazeres mais imediatos, não percebem os benefícios em longo prazo adquiridos pelo cultivo da liberdade⁶, perdendo-a por completo⁷. Tocqueville admite o poder da maioria como força motriz da democracia. O problema, em sua visão, é quando essa maioria afasta-se da noção de justiça e torna-se beligerante à pluralidade de ideias e ao próprio exercício da liberdade política por parte das minorias. Em outras palavras, a maioria toma consciência de sua força dentro do regime democrático e se utiliza dela para impedir qualquer debate que possa colocar sua autoridade hegemônica sobre este ou aquele ponto. Tocqueville, no primeiro tomo de *A Democracia na América*, apresenta as diferenças entre o *modus operandi* dos despotismos do *Antigo Regime* e a tirania da maioria das sociedades democráticas modernas:

Os príncipes tinham, por assim dizer, materializado a violência; as repúblicas democráticas de nossos dias tornaram-na tão intelectual quanto a vontade humana que ela quer coagir. Sob o governo absoluto de um só, o despotismo, para chegar à alma, atingia grosseiramente o corpo; e a alma, escapando desses golpes, se elevava gloriosa acima dele. Mas, nas repúblicas democráticas, não é assim que a tirania procede; ela deixa o corpo e vai direto à alma. O amo não diz mais

⁶ Como esclarece Célia N. Galvão: “Uma igualdade social e política das mais amplas, embora desejável, pode determinar a extinção da liberdade” (2001, p.58-9).

⁷ Cf. TOCQUEVILLE (2014b, pp. 115-116)

“pensará como eu ou morrerá”. Diz: “Você é livre de não pensar como eu; sua vida, seus bens, tudo lhe resta; mas a partir deste dia você é um estrangeiro entre nós. Irá conservar seus privilégios na cidade, mas eles se tornarão inúteis, porque, se você lutar para obter a escolha de seus concidadãos, eles não a darão, e mesmo se você pedir apenas a estima deles, ainda assim simularão recusá-la. Você permanecerá entre os homens, mas perderá seus direitos à humanidade. Quando se aproximar de seus semelhantes, eles fugirão de você como de um ser impuro, e os que acreditarem em sua inocência, mesmo estes o abandonarão, porque os outros fugiriam dele por sua vez. Vá em paz, deixo-lhe a vida, mas deixo-a pior, para você, do que a morte. (TOCQUEVILLE, 2014, p. 299)

Percebemos, sem grande dificuldade, que o poder da opinião pública toma grandeza inimaginável nas sociedades democráticas, fazendo com que o debate público seja cada vez mais adormecido, mantendo a sociedade engessada em seus próprios preconceitos sem jamais colocá-los a prova. Ao se perceberem impotentes, os indivíduos tendem a expor cada vez menos suas ideias e o espírito de bajulação e conformismo torna-se uma espécie de lei implícita. “As repúblicas democráticas colocam o espírito de cortesão ao alcance da maior parte das pessoas e o fazem penetrar em todas as classes ao mesmo tempo. É uma das principais críticas que podemos fazer a elas” (TOCQUEVILLE, 2014, p. 302). Afim de melhor elucidarmos a problemática da “ditadura da maioria”, deixamos a reflexão feita por Stuart Mill, que está em perfeita consonância com a preocupação tocquevilleana acerca de tal problemática: “Se toda a humanidade tivesse a mesma opinião e só uma pessoa fosse de opinião contrária, a humanidade não teria mais justificativa para silenciar essa única pessoa do que ela, se tivesse esse poder, teria para silenciar a humanidade” (MILL, 2017, p. 91).⁸

Ora, para Tocqueville é impossível se pensar em liberdade sem participação política, e participação política suscita debates, discussões, pluralidade e, acima de tudo, o senso de bem comum e justiça. A democracia, para ele, só será efetiva se os indivíduos que dela fazem parte dedicarem um pouco do seu tempo a fim de participarem juntos e como iguais da construção da liberdade social, tomando o papel de protagonistas das suas vidas, uma vez que todos são iguais. “Se os homens encantam-se com a igualdade, Tocqueville alerta para a necessidade premente de criar vínculos de ligação permanente entre eles, a fim de evitar que a promessa de igualdade social se realize à revelia do bem-estar público” (REIS, 2006, p. 119). Tocqueville nos apresenta

os Estados Unidos de sua época como um exemplo a ser seguido pelas demais sociedades democráticas, onde a força da maioria era balizada por um sentimento comunal de justiça, como garantia da própria liberdade democrática. “A justiça é o objetivo a que deve tender todo governo; é a finalidade que se propõe os homens ao se reunirem. Os povos fizeram e sempre farão esforços visando a esse objetivo, até conseguirem atingi-lo ou perderem sua liberdade” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 305). Juntamente a tal formulação, Tocqueville nos apresenta a necessidade de que o poder esteja tanto mais dissolvido na sociedade, bem como pela separação de poderes ao estilo montesquiano.

2. Por uma nova ciência política

Para compreendermos os novos tempos, afirma Tocqueville, se faz necessária uma nova ciência política. Uma ciência que consiga dialogar com as novas condições sociais nascidas a partir do advento da democracia moderna, a fim de permitir uma compreensão clara do “fenômeno democrático”, fazendo com que os homens possam agir no intuito de remediar os vícios inerentes desta nova condição, percebe-se que “é necessária uma nova ciência política para um mundo totalmente novo” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 12).

Tocqueville é claro ao apresentar que embora a democracia seja algo irrefreável, ela não se dá de modo igual em todos os lugares; “nos vários países, as condições são diferentes, os obstáculos também, logo o ritmo não pode ser idêntico” (FRANCO, 2014, p. 31). Isso faz com que os homens não possam predeterminar as condições nas quais a democracia irá emergir em cada país, mas aponta que cabe a cada um fazer dessa igualdade geral, pilar central da democracia, um regime de escravidão ou liberdade. Pois bem, a partir de tal constatação Tocqueville clama por essa nova ciência política – uma ciência política que não mais se baseie nos antigos valores aristocráticos – mais adequada a uma verdadeira compreensão das condições reais produzidas pelo triunfo da igualdade.

Com o que já foi exposto, percebemos que na visão de Tocqueville a igualdade democrática tem por característica a potencialização do individualismo, decorrendo no atomismo social; ao fazer com que as pessoas, embora vendo-se como iguais, não se sintam interessadas umas nas outras, criando numerosas “pequenas sociedades” para si como substitutivas do todo ao qual pertencem. A partir disso, à baila de um amor pela

igualdade cada vez mais radical, que chega a cegar o amor pela liberdade e abafar o compromisso político, as pessoas tendem para um tipo de preguiça de pensar, inovar ou mesmo de cultivarem a sua liberdade, deixando que o Estado as tutele enquanto elas se mantêm entretidas na satisfação dos pequenos prazeres materiais mais imediatos, como explicitado:

Os homens perdem as suas aspirações superiores à medida que perdem os seus gostos intelectuais porque não tem tempo ou oportunidade para se lhes dedicarem, e não se viciam nos prazeres inferiores porque os preferiam deliberadamente, mas sim porque são os únicos a que tem acesso ou são os únicos com que ainda conseguem deleitar-se. (MILL, 2014, p. 104)

Ora, ao perceber os possíveis perigos aos quais tendem a democracia, uma vez deixada à sua própria sorte, sem o trabalho constante da participação política, Tocqueville faz vistas, como já exposto, a ciência política dos novos tempos⁹, que compreenda a imbricada problemática da sociedade democrática nascente, sua base na igualdade e sua necessidade absoluta de manutenção da liberdade. Para tanto, apresenta nosso autor, é necessário o esforço zetético para se recriar esse sentimento de moralidade pública, as novas virtudes públicas a partir da nova problemática vigente; “assim, Tocqueville insiste na necessidade de forçar, de arrancar, de tirar os homens da observação de si mesmos” (REIS, 2009, p. 104), e ainda, “o problema da democracia é recriar o sentimento de moralidade pública, com base na igualdade e no individualismo” (ZETTERBAUM in STRAUSS; CROPSEY, 2016, p. 696).¹⁰ Ao perceber a necessidade da criação de novos vínculos artificiais que sirvam como meios para religar as pessoas em um sentido comunitário, bem como afastá-las do desejo irascível de gozo desenfreado por um número cada vez maior dos prazeres materiais, que desembocam

⁹Tocqueville percebe que a ciência política do seu tempo, por deixar as questões éticas para um segundo plano, nega a possibilidade de concretizar um estudo imanente da democracia, impedindo então a possibilidade de pensar os melhores meios de se garantir a liberdade, tão cara em seu pensamento, a fim de evitar o engessamento social, como apresentado: “Uma nova ciência política é necessária porque a ciência política moderna que precede a de Tocqueville não teve sucesso em seu objetivo principal de resolver o conflito por meio da legitimidade sem degradar as almas. Os teóricos modernos acreditavam que poderiam ter legitimidade sem preocupação com as almas; Tocqueville discorda.” (MANSFIELD JR.; WINTHROP in CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, p. 84)

¹⁰ Longe de trazer uma doutrina fechada, apontando o certo e errado acerca das coisas, Tocqueville nos convida, ao clamar por sua “nova ciência política”, por uma reflexão constante e uma educação condizente com os tempos modernos, assim como explicita, já na introdução do primeiro livro de *A Democracia na América*: “Instruir a democracia, reavivar se possível suas crenças, purificar seus costumes, regular seus movimentos, substituir pouco a pouco pela ciência dos negócios sua inexperiência, pelo conhecimento de seus verdadeiros interesses seus instintos cegos; adaptar seu governo aos tempos e aos lugares; modificá-lo de acordo com as circunstâncias e os homens – este é o primeiro dever imposto nos dias de hoje aos que dirigem a sociedade. (2014a, p. 12)

em um processo de alienação, embrutecimento e competição voraz; Tocqueville analisa o papel social e político da religião na sociedade como algo benéfico, que pode ajudar na recriação desse sentido comunitário, bem como no abrandamento dos desejos vultosos através da moral e da noção de continuidade da existência após morte física¹¹, assim como ele pôde constatar nos EUA de sua época. A partir desta premissa, Tocqueville coloca o papel social da religião no panorama de sua nova ciência política, como iremos discutir a seguir.

3. O papel social da religião nas sociedades democráticas

Por meio do que já foi dito, resta claro que o apego exacerbado pelos bens materiais, bem como uma radicalização do individualismo, são perigos comuns a uma sociedade que privilegia a igualdade de condições, tornando-se grandes empecilhos à liberdade, elemento sem o qual a democracia pode vir a tornar-se, segundo nosso autor, uma nova espécie de tirania. Durante toda a leitura de *A Democracia na América*, fica clara a defesa feita por Alexis de Tocqueville à necessidade de salvaguardar a liberdade como condição fundamental, juntamente com a igualdade de condições e a isonomia jurídica, para o funcionamento efetivo de qualquer forma de regime democrático.

Além dos problemas já apresentados, Tocqueville nos aponta mais um, que é o fato de que uma sociedade cada vez mais materialista, que desconhece ou ignora demais valores superiores, com os cidadãos alheios às demandas comuns, pode dar início a um processo de competição interno voraz, onde o lucro e a obtenção de riquezas, independente dos meios utilizados para atingi-los, tornam-se o único fim almejado pela maior parte das pessoas, criando nelas um profundo clima de ressentimento. Ora, Tocqueville nada tem contra os bens materiais e os vê, inclusive, como essenciais para o bem estar social. O grande problema, em sua ótica, é a sociedade embarcar em um materialismo irascível, imediatista, onde nada além da obtenção de bens seja quisto por si mesmo; “no entanto, à medida que as luzes da fé escurecem, a visão dos homens se estreita e dir-se-ia que cada dia o objeto das ações humanas lhes parece mais próximo”

¹¹“Tudo que eleva, aumenta, amplia a alma, torna-a mais capaz de ter êxito naquelas empresas em que não se trata dela. Ao contrário, tudo o que a desvigorou ou a diminuiu, a enfraquece para todas as coisas, tanto as principais como as menores, e ameaça torná-la quase tão impotente para umas como para as outras. Assim, é preciso que a alma permaneça grande e forte, nem que só para poder, de vez em quando, pôr sua força e grandeza a serviço do corpo. Se os homens conseguissem se contentar com os bens materiais, seria de crer que perderiam pouco a pouco a arte de produzi-los e acabariam por desfrutá-los sem discernimento e sem progresso.” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 181-182)

(TOCQUEVILLE, 2014b, p.183). É a partir daí que, em sua visão, entra o papel da religião, aqui encarada do ponto de vista antropológico, nos termos de Tocqueville: "nesse momento só considero as religiões de um ponto de vista puramente humano" (2014b, p.26). Em sua visão, a religião é importante tanto no que tange a moderação dos desejos como, de outra forma, ajuda a elevar a visão geral da sociedade para algo que transcenda os bens materiais, servindo então de mantenedora e impulsionadora da liberdade, como apresentado:

As religiões proporcionam o hábito geral de se comportar tendo em vista o futuro. Nisso, elas não são menos úteis à felicidade desta vida do que à felicidade da outra. É um dos seus maiores aspectos políticos. No entanto a medida que as luzes da fé escurecem, a visão dos homens se estreita e dir-se-ia que cada dia o objeto das ações humanas lhes parece mais próximo. Quando se acostumam a não se preocupar mais com o que deve suceder depois de sua vida, vemo-los cair facilmente nessa indiferença completa e brutal com respeito ao futuro, que é plenamente conforme a certos instintos da espécie humana. (TOCQUEVILLE, 2014b, pp 183-4)

Como já expusemos, para Tocqueville, nas sociedades democráticas há uma tendência forte das pessoas se desligarem umas das outras, mantendo-se em pequenos grupos, deixando a "coisa pública" de lado. Vimos os problemas advindos de tal tendência e o apontamento tocquevilliano à criação de novos vínculos artificiais a fim de remediarem tal problemática e aqui me deterei a tal exposição, tendo por intuito dar continuidade ao argumento que visa demonstrar na recriação dos espaços comunitários um lugar de autonomia da população em detrimento ao poderio estatal:

A moral e a inteligência de um povo democrático não correriam menores perigos do que seu negócio e sua indústria, se o governo tomasse em toda a parte o lugar das associações. Os sentimentos e as ideias só se renovam, o coração só aumenta e o espírito humano só se desenvolve mediante a ação recíproca dos homens uns sobre os outros. Mostrei que essa ação é quase nula nos países democráticos. É necessário portanto criá-las artificialmente aí. E isso somente as associações podem fazer. (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 134)

Em sua visão, a religião, além do que já foi exposto, serve exatamente nesse propósito, uma vez que nosso autor identifica que há nas pessoas uma aspiração natural pelo sagrado e, respeitada a sua autonomia, a religião pode ajudar plenamente na

recriação dos hábitos e costumes favoráveis à liberdade e ao seu bom uso¹². Tal afirmação é feita por Tocqueville ao observar a democracia americana e perceber o papel fulcral da religião na formação desse povo, seus costumes e, sobretudo, o seu amor à liberdade e respeito aos princípios democráticos, quando afirma: “na América conseguiu-se incorporar de certa forma um ou outro e combinar maravilhosamente. Estou me referindo ao espírito da religião e ao espírito da liberdade” (2014a, p.51).

Tocqueville percebe que um dos motivos do sucesso da democracia americana se dava exatamente pelo costume e esse se refinou ao passo que os homens falavam de religião e os bens advindos dos valores perenes: “Enquanto as pessoas se ocupavam em falar de religião, os costumes se tornaram mais puros” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 38). Percebemos, portanto, que o costume era um poderoso aliado da manutenção da soberania popular norte-americana e o mesmo se ancorava nas ideias gerais lançadas pelo cristianismo. Adotando esse ponto de vista, o papel da religião é então explicado por Tocqueville da seguinte forma:

O afazer principal das religiões é purificar, regradar e restringir o gosto demasiado ardente e demasiado exclusivo pelo bem estar que os homens sentem nos tempos de igualdade; mas creio que elas estariam equivocadas se tentassem domá-lo inteiramente e destruí-lo. Elas não conseguirão desviar os homens do amor às riquezas; mas ainda podem persuadi-los de se enriquecer unicamente por meios honestos. (TOCQUEVILLE, 2014b, p.30)

Com isso, pode-se pensar que Tocqueville advogue uma espécie de união entre igreja e Estado, nos moldes do Antigo Regime. No entanto, não se trata disso e a leitura atenta dos textos tocquevillianos nos mostra que nosso autor percebe os problemas que realmente estão em jogo, a saber, o perigo político representado pela tendência à irreligiosidade dos regimes democráticos¹³. Tocqueville pôde observar em sua própria terra, na França pós-revolução, verificando como essa irreligiosidade pode fortalecer a uma nova tirania, um novo despotismo, encarado por ele como perigos iminentes a serem evitados. No tocante a essa questão, Tocqueville afirma que a religião deve

¹²*Le fond même de sa doctrine était que le pouvoir politique peut être d'autant plus modéré que les citoyens sont plus étroitement soumis à une religion qui règle leurs mœurs. Tocqueville n'a guère cru à la vertu des institutions [...] Il aime l'ordre, mais il compte, pour son établissement et son maintien, sur la sagesse des hommes plus que sur la force publique.* - “O próprio fundamento de sua doutrina era que o poder político pode ser tanto mais moderado quanto os cidadãos estão mais sujeitos a uma religião que regula suas maneiras. Tocqueville não acreditava na virtude de instituições [...] Ele gosta de ordem, mas ele conta para o seu estabelecimento e manutenção, a sabedoria dos homens mais do que sobre a força pública” (REDIER, 1925, p. 33, tradução livre).

¹³ Cf. TOCQUEVILLE, 2014b, p. 184

manter-se separada do Estado, vendo que, a exemplos passados, a união entre Estado e religião deu-se de modo desfavorável à própria religião, desviando-a de seus reais propósitos.

Seguindo essa linha de reflexão, Tocqueville chama a atenção para o exemplo americano; “Na América, a religião, por assim dizer, estabeleceu ela própria seus limites; a ordem religiosa permaneceu inteiramente distinta da ordem política, de tal sorte que foi possível mudar com facilidade as antigas leis sem abalar as antigas crenças” (TOCQUEVILLE, 2014b, p.6). Os Estados Unidos da época de Tocqueville, bem como hoje, se trata de um Estado formalmente laico, e ao voltarmos para a análise tocquevilliana percebemos que, embora laico, a formação moral dos Estados Unidos se deu sob a égide comum do cristianismo. Ainda que não houvesse uma religião oficial e que as mais variadas correntes cristãs convivessem tranquilamente entre si, o arcabouço moral e o sentimento de unidade advindos da religiosidade propiciaram aos primeiros colonos ingleses um meio favorável para se desenvolverem de modo igualitário e livre, como exposto:

Assim, as colônias inglesas tinham todas entre si, na época de seu nascimento, um grande ar de família. Todas, desde o princípio, pareciam destinadas a oferecer o desenvolvimento da liberdade, não a liberdade aristocrática de sua mãe-pátria, mas a liberdade burguesa e democrática de que a história do mundo ainda não apresentava um modelo completo. (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 39)

A partir disso percebemos que, para Tocqueville, os políticos devem respeitar o papel social da religião, pelo exemplo pessoal, reconhecendo sua função na sociedade, mas nunca obrigando as pessoas a professarem qualquer credo religioso específico, até mesmo pela consciência de que na democracia é impossível que se estabeleça um império da religião, visto que a força da opinião pública ganha uma notoriedade jamais antes imaginada. Para tanto, a religião, a fim de purificar os costumes e abrandar os exageros, deve, na opinião do nosso autor, se adequar às novas demandas, demonstrando que assim ela poderá agradar a maioria das pessoas sem ser contrária aos princípios gerais de sua fé. Nesse sentido Tocqueville se volta para os EUA de sua época e vê nesse país um perfeito acordo entre a liberdade e o espírito religioso. Percebe nessa influência indireta da religião, respeitada sua autonomia, uma poderosa aliada para o desenvolvimento de um povo, dando um caráter bastante pragmático a essa questão, como exposto:

Em vez de dedicar-se à formulação e à derivação de princípios, ele mergulha na prática da liberdade pelos americanos, elogiando, criticando, mas acima de tudo descrevendo com maravilhosa verve e perspicácia, de modo que seu livro está igualmente preocupado com a democracia e a América. Ele prefere o liberalismo na prática ao liberalismo na teoria, porque o liberalismo na prática é o liberalismo com alma. (MANSFIELD JR.; WINTHROP in CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, p. 84)

4. Conclusão

Com base nas ideias apresentadas, resta claro a atualidade do pensamento tocquevilliano, posto que adentra profundamente nas temáticas centrais dos tempos hodiernos e promove uma profunda reflexão acerca da relação entre ética e política na sociedade democrática. Cumpre dizer que, para o nosso autor, apesar dos vícios para os quais tende a democracia – eles não são inexoráveis – exigindo de todos nós, para refreá-los, a reflexão e participação contínua. Apesar de ter frisado os males advindos da igualdade, como percebemos ao longo de todo o trabalho, no pensamento tocquevilliano a igualdade também gera esse amor, ainda que menor, pela independência e pela liberdade – uma vez que as pessoas não se veem mais como inferiores umas às outras – e aí está um dos motivos de, apesar de crítico, Tocqueville tornar-se defensor da democracia, como percebemos em suas próprias palavras:

Para mim, longe de reprovar à igualdade a indolência que ela inspira, é principalmente por ela que a louvo. Admiro-a vendo-a depositar no fundo do espírito e do coração de cada homem essa noção obscura e essa inclinação instintiva da independência política, preparando assim o remédio ao mal que ela faz nascer. É por esse lado que me prendo a ela. (2014b, p. 358)

Certo é que o pensamento de Tocqueville é profundamente atual e não restrito ao homem americano – mas ao homem democrático em geral – como vemos no segundo volume de *A Democracia na América*, onde busca nosso autor apresentar a natureza do regime democrático e suas vicissitudes, bem como trazer para a reflexão temas que nos inquietam até os tempos contemporâneos como igualdade, cidadania, virtude, a relação entre ética e política, o papel da religião e sua participação social e direta na consagração da igualdade e da liberdade no *ethos* democrático. Dito isto, resta claro que compreender o pensamento tocquevilliano é de suma importância para a compreensão

do mundo no qual estamos inseridos. Ora, isso fica evidenciado quando trazemos um tema como o papel da religião na democracia, uma vez que esse tema suscita debates e reinterpretações desde a filosofia clássica, perpassa pela Revolução Francesa, até os dias atuais.

Percebemos, portanto, que a visão Tocquevilliana sobre o valor da religião em um regime democrático é positiva, posto que ela pode ajudar a combater um dos principais problemas identificados por ele como típicos da sociedade democrática; qual seja, o individualismo. Nesse sentido a religião pode contribuir como um meio de agregação, fazendo as pessoas se perceberem dentro de uma comunidade e não mais olhando apenas para si mesmas. Tocqueville percebe que no meio da liquidez que é a sociedade democrática, o homem tende a pensar menos em bens duradouros, decaindo em uma espécie de materialismo irracional podendo, portanto, mediocritizar-se. Uma vez que “a maioria das religiões não passa de meios gerais, simples e práticos de ensinar os homens a imortalidade da alma. Esta é a maior vantagem que um povo democrático pode tirar das crenças, e o que as torna mais necessárias a esse povo do que a todos os outros” (TOCQUEVILLE, 2014b, 178), a religião, na visão tocquevilliana, também é uma forte aliada no sentido de afastar os homens de uma visão rebaixada e profundamente materialista da sociedade.

Conquanto que Tocqueville tenha baseado suas opiniões político e sociológicas a partir das experiências que teve em países de base cristã, seja os EUA do século XIX ou de seu próprio país natalício, a França, e em vários textos ele faça alusões diretas ao cristianismo, mais especificamente a Igreja Católica¹⁴, é importante frizar que sua análise é de cunho estritamente antropológico e não tem por intuito endoçar qualquer participação direta da religião em uma sociedade democrática, ou se resumir a qualquer credo específico. Na verdade, para ele, a religião ajudará o pleno desenvolvimento democrático enquanto conseguir insuflar uma influência indireta na sociedade, elevando sua visão, ocupando o vazio que não pode ser preenchido no coração dos homens pelos bens materiais, bem como ajudando as pessoas a se olharem como iguais. Ou seja, Tocqueville analisa a religião em função da democracia e não o contrário, como fica claro nesta importante reflexão:

¹⁴ “Sinto-me tão imbuído dos perigos quase inevitáveis que correm as crenças quando seus intérpretes se metem nos negócios públicos e estou tão convencido de que é necessário manter a qualquer preço o cristianismo no seio das novas democracias que preferiria acorrentar os padres na sacristia a deixá-los sair de lá.” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 179)

Com certeza, a metempsicose não é mais razoável do que o materialismo; no entanto, se fosse absolutamente necessário que uma democracia fizesse uma opção entre ambos, eu não hesitaria e julgaria que seus cidadãos correm menos o risco de se embrutecer pensando que sua alma vai passar para o corpo de um porco do que crendo que ela não é nada. (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 178)

Referências

- TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América: Leis e Costumes – Livro I. Trad. Eduardo Brandão. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.
- _____. A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões – Livro II. Trad. de Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.
- _____. Oeuvres – Tome II. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Éditions Gallimard, 1992.
- _____. Oeuvres Complètes – Tome XIII, 1: Correspondance d’Alexis de Tocqueville et de Louis de Kergolay. Ed. de André Jardin. Paris: Éditions Gallimard, 1977
- _____. O Antigo Regime e a Revolução. Trad. Rosemary Costhek Abílio. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- AMORIM, A. T.; VALADÃO, L. C. Religião e Democracia n’A Democracia da América de Alexis de Tocqueville. In: Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Anais. Vitória, 2015.
- ARENDT, H. Da Revolução. São Paulo: Ática; Brasília: UnB, 1988.
- BROGAN, H. Alexis de Tocqueville: o profeta da democracia. Trad. de Mauro Pinheiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- FRANCO, L. Pensar a democracia com Tocqueville. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- JASMIN, M. G. Alexis de Tocqueville. A Historiografia como Ciência da Política. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ, 2005.
- MANSFIELD JR., H. C; WINTHROP, D. Tocqueville’s New Political Science. In: The Cambridge companion to Tocqueville. New York: Cambridge University Press, 2006.
- REDIER, A. Commedisait Monsieur de Tocqueville. Paris: LIBRAIRIE ACADEMIQUE PERRIN ET CIE, LIBRAIRES-ÉDITEURS, 1925.
- REIS, H. E. Virtudes e Vícios da Democracia. Revista *Philosophos*. Goiânia, vol. 11, pp. 115 – 128, jan – jun, 2006.
- _____. A Verdade Provisória da Democracia: uma análise do pensamento éticopolítico de Alexis de Tocqueville. *Revista Polietica*. São Paulo, vol. 1, n. 1, pp. 5 – 24, 2012.
- _____. A Democracia Como Processo: política e educação no pensamento de Tocqueville. *Revista Contexto e Educação*. Editora Unijuí. Ano 24, n. 82, jul – dez, 2009.
- _____. Política e religião no pensamento de Tocqueville. *Revista UCPel* (Universidade Católica de Pelotas, RS), v.7, n.1, p. 93-100, jul. 1997.
- WELCH, C. B. “Tocqueville in the Twenty-First Century”. In: *The Cambridge companion to Tocqueville*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- ZETTERBAUM. In: STRAUSS, L; CROUSEY, J. História da Filosofia Política. Trad. de Heloísa Gonçalves Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

*Recebido em: 23/08/2019
Aprovado em: 14/03/2020*